

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

As minas de Jales, localizadas no Concelho de Vila Pouca de Aguiar, distrito de Vila Real, foram exploradas até ao ano de 1992 e foram inclusive as últimas onde se extraiu ouro em território português. Segundo informação veiculada na imprensa, os antigos trabalhadores referem que a mina desceu a 620 metros de profundidade e tinha perto de 110 Km de escavação, chegando a empregar entre 500 a 600 pessoas por dia.

Após o encerramento mantiveram-se as galerias e vazios da exploração. No ano de 2015, a autarquia de Vila Pouca de Aguiar denunciou um abatimento à Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e à Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM). Os abatimentos continuaram desde 2015 a esta parte e na sequência dos mesmos, no dia 22 de novembro de 2019 a Estrada Municipal 1172-1, que liga as aldeias de Campo de Jales, Cidadelhe de Jales e Reboreda à sede de Concelho, Vila Pouca de Aguiar foi encerrada, causando o isolamento destas populações.

Segundo a notícia do Público do dia 9 de janeiro de 2020, o Ministério do Ambiente, que tutela tanto a DGEG como a EDM, refere que os trabalhos de monitorização, estudos e ensaios de suporte técnico só avançaram em 2019, não sendo ainda conhecidos todos os resultados.

No entanto, decorrente dos primeiros trabalhos de monitorização do ano de 2019, a EDM aconselhou a câmara municipal a interditar a estrada em questão a 7 de maio de 2019. A 30 de maio o pedido foi formalizado por carta, e novamente a 5 de setembro, mas a autarquia só viria a interditar definitivamente a estrada a 26 de novembro, após um novo abatimento. Esta interdição isola três aldeias com cerca de um milhar de habitantes.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio apresentar ao Governo, através do Ministro do Ambiente e Ação Climática, as seguintes questões:

1. Qual o problema em concreto que tem causado estes abatimentos?

2. Pode o Governo disponibilizar as conclusões dos estudos e ensaios de suporte técnico?
3. Está prevista a requalificação da mina de forma a garantir a acessibilidade e segurança da EM 1172-1, via fundamental para as populações que serve? Se sim, para quando? E em que moldes?

Palácio de São Bento, 13 de janeiro de 2020

Deputado(a)s

MARIA MANUEL ROLA(BE)

JOSÉ MARIA CARDOSO(BE)

NELSON PERALTA(BE)